

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. AMARO NETO)

Institui a obrigatoriedade da Educação Financeira no currículo escolar das instituições públicas e privadas em todos os níveis de ensino e estabelece diretrizes para capacitação docente, monitoramento, avaliação, governança e incentivos para a promoção da cultura financeira.

#### O Congresso Nacional decreta:

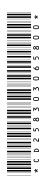
Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade da inclusão da disciplina de Educação Financeira no currículo escolar das instituições públicas e privadas de ensino fundamental, médio e técnico em todo o território nacional, com conteúdos progressivos, contextualizados e adaptados às diferentes faixas etárias e realidades socioeconômicas dos estudantes.

- Art. 2°. A Educação Financeira contemplará, no mínimo, os seguintes conteúdos:
- I Planejamento, controle e gestão do orçamento pessoal e familiar;
- II Princípios e práticas de poupança, investimento e previdência complementar;
- III Uso consciente, responsável e seguro do crédito, incluindo prevenção ao superendividamento;

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 223 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tel. (61)3215-5223 | dep.amaroneto@camara.leg.br







- IV Direitos, deveres e proteção do consumidor no âmbito financeiro:
- V Ética, sustentabilidade e responsabilidade social nas decisões financeiras e no consumo;
- VI Funcionamento do sistema financeiro nacional, inclusão financeira e tecnologias financeiras emergentes;
- VII Fundamentos de educação tributária, cidadania fiscal e combate à sonegação;
- VIII Identificação, prevenção e combate a fraudes, golpes e riscos financeiros;
- IX Desenvolvimento de habilidades socioemocionais relacionadas à tomada de decisão financeira.
- Art. 3°.Compete às Secretarias de Educação e às instituições de ensino públicas e privadas:
- I Desenvolver, revisar e atualizar materiais didáticos,
  pedagógicos e tecnológicos, garantindo acessibilidade e diversidade cultural;
- II Promover a capacitação inicial e continuada dos profissionais da educação, mediante certificação formal, por meio do Programa Nacional de Formação Continuada em Educação Financeira (PNFEF);
- III Integrar a Educação Financeira a outras áreas do conhecimento, fomentando abordagens interdisciplinares;

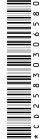






- IV Adotar metodologias ativas de ensino, tais como projetos práticos, laboratórios simulados, oficinas, jogos pedagógicos e participação comunitária;
- V Incentivar o engajamento das famílias e da comunidade no processo educativo;
- VI Garantir políticas de equidade e inclusão, adaptando conteúdos e práticas pedagógicas às diferentes realidades dos estudantes.
- Art. 4°. O Programa Nacional de Formação Continuada em Educação Financeira (PNFEF) será coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), em cooperação com:
  - I Banco Central do Brasil;
  - II Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
  - III Ministério da Economia;
  - IV Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
  - V Instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa;
  - VI Organizações da sociedade civil especializadas;
- VII Setor financeiro, fintechs e demais agentes do mercado financeiro.
- Art. 5°. Fica instituído o Sistema Nacional de Monitoramento, Avaliação e Transparência da Educação Financeira, que contemplará:







- I Indicadores quantitativos e qualitativos relativos à implantação da disciplina, capacitação docente, desempenho estudantil e impacto socioeconômico;
- II Relatórios públicos periódicos para avaliação,
  aprimoramento das políticas e prestação de contas à sociedade;
- III Mecanismos de coleta de feedback e participação ativa de estudantes, educadores e comunidade escolar.
- Art. 6°. As instituições de ensino privadas deverão apresentar relatórios anuais à respectiva Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, comprovando a implementação e os resultados da disciplina, sob pena de sanções administrativas, incluindo advertência, multa e suspensão do registro de funcionamento.
- Art. 7°. O Poder Executivo destinará recursos orçamentários específicos para:
- I Desenvolvimento, atualização e distribuição de materiais didáticos e tecnológicos;
- II Capacitação e formação continuada de profissionais da educação;
- III Campanhas nacionais de sensibilização e promoção da cultura financeira;
- IV Desenvolvimento e disseminação de plataformas digitais e recursos pedagógicos inovadores;





 V – Estímulo a parcerias público-privadas e cooperação internacional para intercâmbio de boas práticas.

Art. 8°. Fica criado o Prêmio Nacional de Excelência em Educação Financeira Escolar, com o objetivo de reconhecer e incentivar escolas, educadores e projetos que demonstrem inovação, impacto social e resultados positivos na disciplina.

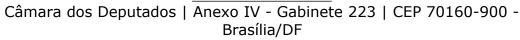
Art. 9º.Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

### **Justificativa**

A proposta deste Projeto de Lei tem como objetivo instituir, de forma obrigatória, a disciplina de Educação Financeira no currículo escolar dos ensinos fundamental, médio e técnico, em instituições públicas e privadas em todo o território nacional. Esta medida é uma resposta estratégica e urgente aos desafios enfrentados pela população brasileira no que se refere à gestão de finanças pessoais, endividamento, consumo consciente e inclusão econômica.

Pesquisas recentes do Banco Central do Brasil, da OCDE e do IBGE apontam níveis alarmantes de analfabetismo financeiro, inclusive entre jovens, o que contribui diretamente para altas taxas de inadimplência, falta de planejamento, superendividamento e vulnerabilidade a fraudes e golpes. A ausência de formação adequada sobre finanças desde a base escolar compromete não apenas o bem-estar individual, mas também o desenvolvimento econômico sustentável do país.







Este projeto propõe uma abordagem progressiva, contextualizada e interdisciplinar, assegurando que os conteúdos da Educação Financeira sejam adaptados às diferentes faixas etárias e realidades socioeconômicas. Ao contemplar temas como orçamento familiar, poupança, crédito consciente, ética no consumo, cidadania fiscal, riscos financeiros e uso de novas tecnologias, o projeto visa formar cidadãos mais conscientes, críticos e preparados para lidar com os desafios da vida econômica real.

Além disso, a proposição prevê:

A criação de um Programa Nacional de Formação Continuada (PNFEF) para capacitação dos profissionais da educação;

O desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis, inclusivos e culturalmente diversos;

A articulação com órgãos reguladores (BACEN, CVM, Ministério da Economia), instituições de pesquisa, sociedade civil e setor financeiro, assegurando a construção de políticas públicas sólidas, colaborativas e eficientes;

A criação de um Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação, com indicadores, transparência de dados e participação ativa da comunidade escolar;

O estímulo à inovação pedagógica, por meio de oficinas, jogos, projetos práticos e tecnologias digitais;

E a valorização de boas práticas por meio do Prêmio Nacional de Excelência em Educação Financeira Escolar.





A disciplina de Educação Financeira, ao ser integrada de forma transversal e obrigatória, deixa de ser um conteúdo elitizado e passa a ser um direito de todos os estudantes, principalmente os mais vulneráveis, que enfrentam maiores dificuldades para acessar informações de qualidade e se proteger de armadilhas financeiras.

Por fim, esta iniciativa alinha o Brasil às melhores práticas internacionais, fortalece a cidadania, reduz desigualdades e contribui para a formação de uma geração mais autônoma, ética e preparada para decisões responsáveis no campo econômico.

Diante disso, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, que representa um avanço civilizatório e uma política pública de longo alcance social.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado AMARO NETO



